



PARECER PRÉVIO Nº 21/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 12252/2016.

Apenso: Processo nº 10981/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Lábrea.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Evaldo de Souza Gomes (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICREA, DICOP E DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 798/2019-DMP, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Lábrea. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas do **Sr. Evaldo de Souza Gomes** – Prefeito do Município de Lábrea, exercício 2015 - nos termos do art. 1º, I da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, e em razão das impropriedades consideradas mantidas no Relatório/Voto.

10.2. Determinar à Câmara Municipal de Lábrea, o cumprimento do art. 127, §§5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o prazo de 60 (sessenta) dias para o julgamento das contas do exercício de 2015, sob responsabilidade do **Sr. Evaldo de Souza Gomes** – Prefeito do Município de Lábrea, à época;

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Maio de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 21/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 21/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 12252/2016.

Apenso: Processo nº 10981/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Lábrea.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Evaldo de Souza Gomes (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICREA, DICOP E DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 798/2019-DMP, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Lábrea. Exercício de 2015.

Irregularidade. Revelia. Multa. Alcance.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Evaldo de Souza Gomes** – Prefeito do Município de Lábrea, exercício 2015 - nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, e em razão das impropriedades consideradas mantidas no Relatório/Voto;
- 10.2. Considerar revel** o **Sr. Evaldo de Souza Gomes** – Prefeito do Município de Lábrea, exercício 2015 - nos termos do art. 88 da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM;
- 10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Evaldo de Souza Gomes** - Prefeito do Município de Lábrea, exercício 2015 - no valor de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), com fulcro no art. 308, I, "a" da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, referente ao valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por mês de atraso no envio da movimentação contábil da Prefeitura de Lábrea a esta Corte de Contas por meio magnético, conforme demonstrado na



ACÓRDÃO Nº 21/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

impropriedade elencada no item 03 do Relatório/Voto.

O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Evaldo de Souza Gomes** - Prefeito do Município de Lábrea, exercício 2015 - no valor de **R\$ 10.240,80** (dez mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), com fulcro no art. 308, I, "b" da Resolução n.º 04/02 - RITCE/AM, referente ao valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por bimestre de atraso no envio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, conforme demonstrado na impropriedade elencada no item 19 do Relatório/Voto;
- O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
- Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Evaldo de Souza Gomes** - Prefeito do Município de Lábrea, exercício 2015 -, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), com fulcro no art. 308, I, "c" da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, referente ao valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por semestre de atraso no envio dos Relatórios de Gestão Fiscal, conforme apontado no item 21 do Relatório/Voto.
- O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.



ACÓRDÃO Nº 21/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.6. Aplicar Multa ao Sr. Evaldo de Souza Gomes** - Prefeito do Município de Lábrea, exercício 2015 - no valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), com fulcro no art. 308, VI da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar elencados nos itens 01, 04 (subitens 4.1 a 4.12), 07, 08 (subitens 8.1 a 8.4), 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16 (subitens 16.1 a 16.4), 17 (subitens 17.1 a 17.4), 20, 22 e 23 do Relatório/Voto.

O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.7. Considerar em Alcance o Sr. Evaldo de Souza Gomes** - Prefeito do Município de Lábrea, exercício 2015 - no valor de **R\$ 1.445.379,87** (um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos), com fulcro nos arts. 304 e 305 da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão da impropriedade elencada no item 02 do Relatório/Voto.

O referido valor deve ser recolhido à esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Lábrea, no prazo de 30 (trinta) dias, com fulcro no art. 174 da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Maio de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

ACÓRDÃO Nº 21/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

14- Representante do Ministério Público: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição